

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021 (Do Deputado Delegado Antônio Furtado)

Requer a realização de audiências públicas para tratar de questões relacionadas à PEC 32/2020 e o art. 144 da Constituição Federal.

Sr. Presidente da CSPCCO,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de AUDIÊNCIAS PÚBLICAS no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, para discutir acerca dos termos da PEC 32/2020, a chamada Reforma Administrativa.

Saber qual a relação da mencionada proposta com os termos preconizados no Artigo 144 da CF/88; Identificar os pontos positivos e negativos da PEC 32/20, sob a ótica dos operadores do sistema de segurança pública brasileiro; Saber se a PEC 32/20 aprimora o sistema insculpido no artigo 144 da CF pelo constituinte originário ou a sua aprovação poderia trazer prejuízos funcionais aos operadores policiais do Brasil e ao próprio sistema de segurança pública nacional.

Assim, para saber a opinião e as perspectivas dos profissionais da segurança pública a respeito da proposta, proponho a participação das seguintes entidades de classe na audiência ora solicitada:

- ADEPOL DO BRASIL - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil;
- COBRAPOL - Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis;
- FENEME - Federação Nacional das Entidades Militares Estaduais
- FENAGUARDAS- Federação Nacional de Sindicatos dos Guardas Municipais;



## JUSTIFICATIVA

Trata-se de requerimento que tem como objetivo a realização de audiências públicas para tratar de questões relacionadas à PEC 32/2020 e o art. 144 da Constituição Federal.

A Constituição Federal prevê que a segurança é condição basilar para o exercício da cidadania, sendo um direito social universal de todos os brasileiros. É sobre estes comandos normativos que precisamos analisar o quadro das respostas do Poder Público Federal frente ao atual sistema de segurança pública, de modo a não alijarmos a eficiência e o alcance das atividades desempenhadas pelos Órgãos relacionados no artigo 144 da CF/88.

Considerando as inúmeras demandas trazidas para dentro da Câmara dos Deputados por diversos atores, com relatos de prejuízos impostos aos policiais nas últimas 02 PECs de autoria do governo federal (previdência e emergencial), as audiências públicas ora buscadas têm a sua necessidade absolutamente comprovada.

É nesse contexto que, diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos parlamentares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 12 de abril de 2021.

Delegado Antônio Furtado Deputado Federal (PSL/RJ)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216441766600>

